



O encontro do cinema com a educação ambiental crítica no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba

Rafael Nogueira Costa - NUPEM/UFRJ

Juliette Yu-Ming - Livre pensadora e cineasta independente

Celso Sánchez - UNIRIO

Resumo: Este trabalho tem como objetivo promover reflexões sobre o processo educacional proporcionado pela experiência coletiva de criação de filmes documentários realizados numa Unidade de Conservação de proteção integral. Este artigo apresenta ainda aproximação entre a prática cinematográfica e a EA crítica, interpretada com base na literatura da área e com o apoio dos referenciais da Ecologia Política e na perspectiva educativa freireana. Os autores buscaram inserir o debate dos conflitos ambientais presentes no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba na formação de cursos de cinema para comunidade interna e externa da UFRJ/Macaé. Foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: i) Elaboração de cursos de formação em prática cinematográfica na universidade; ii) Análise dos filmes produzidos como resultados dos cursos e iii) Análise dos discursos dos participantes antes e depois do curso. A produção cinematográfica elaborada de maneira participativa, horizontal e em diálogo com as experiências populares se apresentada como uma poderosa prática de educação ambiental crítica.

Palavras-chave: Cinema, Educação Ambiental, Unidade de Conservação, Paulo Freire, Ecologia Política.

The meeting of the cinema with the critical environmental education in *Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba*

Abstract: This work aims to promote reflections on the educational process provided by the collective experience of creation of documentary films made on a strictly protected conservation area. This paper presents further reapprochement between film practice and critics Environmental Education, interpreted based on the literature of the area and with the support of reference of the Political Ecology and Freire educational perspective. The authors insert the discussion of environmental conflicts in *Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba* in the formation of film courses for internal and external community UFRJ / Macaé. The following methodological procedures were used: i) Lecture in film practice at the university; ii) analysis of films produced as a result iii) analysis of the speeches of the participants before and after the course. The film production developed in a participatory manner, horizontal and in dialogue with popular experiences are presented as a powerful practice of critical environmental education.

Keywords: Film , Environmental Education, Conservation Unit , Paulo Freire, Political Ecology.

Introdução

O cinema no Brasil passou a ser utilizado como elemento educacional, com vínculo institucional, desde o início do século passado. Na década de 1920, associado ao movimento educacional da Escola Nova, o cinema já era pensado como instrumento pedagógico e responsável pela “renovação das práticas escolares” (CATELLI, 2010).

Durante o Estado Novo (1937-45) o cinema foi utilizado como instrumento de transmissão de verdades e valores, seguindo a lógica da heteronomia e amplamente difundido pelas suas virtudes propagandísticas, contribuindo como elemento de “aproximação dos habitantes do país” (ALMEIDA, 1999).

Com a expansão da revolução digital, inúmeras possibilidades de uso e aplicação das ferramentas de comunicação, como o cinema, passam a ser experimentadas por diferentes grupos sociais, colocando os indivíduos como protagonistas das produções audiovisuais. Surge daí uma relação entre cinema/educação, comunicação/educação, mídia/educação, consolidada por diferentes correntes teóricas, como a “educomunicação”, conceito trabalhado como campo de intervenção e discussão por meio dos novos recursos tecnológicos (SOARES, 2009; VOLPI e PALAZZO, 2010).

No campo da Educação Ambiental o cinema está intimamente relacionado e o seu uso pode ser encontrado em diferentes espaços. Como exemplo prático destacamos o Circuito Tela Verde (CTV), do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Ministério da Cultura (MinC). Nesta iniciativa o CTV vem funcionando como polo de difusão de filmes independentes que abordam o tema “ambiental” desde 2009, sendo um importante espaço para divulgação das produções e socialização entre os produtores e o público espectador.

Devido a crescente utilização do cinema para fins educacionais, torna-se necessário o desenvolvimento de uma análise crítica das imagens e como esta pode contribuir de forma significativa para uma ação educativa que leve em consideração questões referentes ao sujeito contemporâneo (PIRES e SILVA, 2014). A relação entre educação e cinema necessita ser pensada como forma de socialização dos indivíduos na produção de saberes, identidades, crenças e visões de mundo, contribuindo assim para a dinamização do processo de aprendizagem (DUARTE, 2002; PIRES e SILVA, 2014). Pires e Silva (2014) defendem a ideia de que as imagens, como os textos, são formas de representação de um mundo, servindo para descrição de situações e pessoas e, formas de discurso que contribuem para a construção de significados sociais.

Buscaremos neste artigo promover reflexões a respeito do encontro entre o cinema e a educação ambiental crítica. Para isso, partiremos de um caso empírico vivenciado pelos autores deste artigo, entre os anos 2011 e 2015, no Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé (NUPEM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro em articulação com o *Grupo de Estudos em Educação Ambiental Desde el Sur* (GEASUR) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Ao longo deste período foram produzidos nove filmes documentários por meio de encontros formativos na universidade, utilizando como estudo o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

O suporte teórico da práxis em Freire (1988, p.67), que “implica a ação e a reflexão” das pessoas sobre o mundo com o objetivo de transformar a realidade é o pensamento adotado para o mergulho na experimentação da produção cinematográfica discutida neste artigo.

Já a Ecologia Política ao incorporar a dimensão das ciências sociais, inserindo as relações de poder, em um debate que era estritamente biológico e despolitizado (LAYRARGUES e LIMA, 2014), foi também utilizado como guia teórico neste estudo. A Ecologia Política como campo, desponta a partir dos anos 60 com uma análise crítica da questão ambiental, atentando para a dimensão política das problemáticas emergentes dos danos ao meio ambiente. A Ecologia Política amplifica a noção de meio ambiente para além dos elementos meramente biológicos e expõe a dimensão sociopolítica inerente a crise ecológica. Assim, faz-nos entender que as questões que brotam de problemas como poluição ou extinção de espécies possuem elementos ancorados de forma mais profunda, na organização e produção sociais que engendram tais fenômenos.

Este texto propõe debruçar-se sobre as seguintes questões: 1) A produção cinematográfica pode ser pensada no sentido da práxis pedagógica conforme apontado por Paulo Freire? 2) O filme, quando produzido no diálogo com atores locais, pode funcionar como canal de reflexão sobre os conflitos ambientais?

Para responder a essas questões foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: i) Elaboração de dois cursos de formação na universidade e ii) Análise dos filmes produzidos como resultado do curso e iii) Análise do discurso dos cursistas.

Este trabalho apresenta quatro seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção será apresentado o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e os conflitos descritos na literatura científica e no plano de manejo da UC. Na segunda seção apresentaremos como a produção cinematográfica vem sendo utilizado como “sala de aula” e gerando conhecimento no campo da Ecologia Política e da Educação. Na terceira seção, será empreendida uma análise sobre dois filmes produzidos na UFRJ Macaé durante a formação do Curso de Cinema Ambiental. Na quarta seção, analisaremos o discurso dos cursistas produzidos antes e depois do encontro de formação.

1- O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba: Contexto e conflitos

O objeto de estudo deste trabalho é o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, localizado a cerca de 180 Km a leste da cidade do Rio de Janeiro, abrangendo os municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã.

O PARNA da Restinga de Jurubatiba é uma unidade de conservação (UC) de proteção integral, criado por lei federal em 1998, com o objetivo de limitar ao máximo a interferência humana sobre a natureza da região, sobretudo em função de sua rica e peculiar biodiversidade (BRASIL, 1998). São objetivos dos Parques Nacionais além da preservação de ecossistemas naturais a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental (BRASIL, 2000).

A criação do PARNA da Restinga de Jurubatiba seguiu o modelo e a concepção das primeiras áreas protegidas no Brasil, tendo como base o Parque Nacional de Yellowstone, criado nos Estados Unidos da América em 1872, cuja função era o isolamento das áreas para preservação das características naturais, prática considerada incompatível com a presença humana em seus limites (BRITO, 2000; DIEGUES, 2000, GONÇALVES *et al.*, 2011).

A motivação inicial para a criação desses espaços acompanhou a tendência mundial de conceber a conservação da natureza e deixá-la intocada (DIEGUES, 1996), privilegiando os aspectos cênicos, estéticos e recreativos da natureza (RODRIGUES, 2009, p. 36).

Porém, esta concepção da conservação integral faz parte da origem de diversos conflitos socioambientais que têm se configurado no processo de criação e na gestão das Unidades de Conservação. Este processo, salvo raras exceções, tem sido conduzido de forma centralizada, burocrática e com base em argumentos unicamente ecológicos, mas com pouca “leitura realista do contexto socioeconômico de uma área potencial para a conservação da biodiversidade” (IRVING, 2010, p.134).

Santilli (2005) argumenta que o socioambientalismo foi construído com base na ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se com base na concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental como também a sustentabilidade social, promovendo valores como justiça social, equidade e reduzindo a pobreza e desigualdades sociais (SANTILLI, 2005).

Como parte do convencimento social para a criação destas áreas são utilizadas as espécies bandeira, principalmente pelo potencial propagandístico e carismático que essas espécies carregam. É o caso clássico do Mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*) utilizado na criação da Reserva Biológica da União. No caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba esta tarefa foi bastante árdua, pois não existia uma espécie cativante que pudesse fazer parte de uma “bandeira de luta”. Após longos períodos de intensa pesquisa os cientistas do NUPEM/UFRJ identificaram o microcrustáceo *Diaptomus azureus*, uma espécie endêmica nas lagoas costeiras da UC utilizada como convencimento para a criação do Parque (ESTEVES, 1998).

Apesar do crescimento do movimento socioambiental, muitas Unidades de Conservação, principalmente aquelas destinadas à proteção integral, continuam apresentando conflitos variados com as populações residentes ou do entorno, cuja as soluções muitas vezes necessitam de criatividade e inovação devido a complexidade dos problemas.

É no processo de criação das UCs que emergem os conflitos com diversos grupos sociais locais (QUADRO 1), que se vêem muitas vezes prejudicados pelo novo rearranjo jurídico, provocado pela reconfiguração da territorialidade e que muitas vezes se constituem de casos de injustiças. O Parna da Restinga de Jurubatiba apresenta vários conflitos ligados ao seu processo de criação. Parte destes conflitos foram gerenciados pelos poucos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (IBAMA) que, a partir de 2007, passou a ser tutelado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Os conflitos do Parque Jurubatiba identificados na literatura incluem: i) A presença de gasodutos entre o bairro Lagomar e o Parque para atender ao Terminal de Cabiúnas (TECAB) da Petrobras S.A., em operação desde 1982, sendo o maior polo de processamento de gás natural do Brasil (VAINER, 2010); ii) Conflitos socioambientais com os pescadores de Carapebus (LEAL, 2013; FARJALLA et al., 2011) e iii) Conflitos com os moradores vivendo dentro do parque e nos bairros vizinhos a UC (VAINER, 2010; FUENTES, 2013).

Já analisando o plano de manejo da UC foi possível a identificação de diversos conflitos como a pesca de subsistência; despejo de efluentes domésticos na Lagoa de Carapebus; estação de tratamento de esgoto na área do Parque em Quissamã; atividade pecuária; presença de cercas e porteiras de propriedades particulares; presença de pessoas no interior da UC; dutos: emissário da TRANSPETRO cortando o Parque em 10 quilômetros; caça ilegal e extrativismo de produtos naturais.

QUADRO 1
Principais conflitos no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba

Conflito	Fonte
A presença de gasodutos entre o bairro Lagomar e o Parque para atender ao Terminal de Cabiúnas (TECAB) da Petrobras S.A., em operação desde 1982, sendo o maior pólo de processamento de gás natural do Brasil	(Plano de Manejo; Vainer, 2010)
Conflitos socioambientais com os pescadores de Carapebus	(Plano de Manejo, Leal, 2013; Farjalla et al., 2011)
Conflitos com os moradores vivendo dentro e no entorno do Parque (caça ilegal, extrativismo de produtos naturais, pecuária, presença de cercas e porteiras de propriedades particulares)	(Plano de Manejo, Vainer, 2010; Fuentes, 2013)
Despejo de efluente doméstico (Lagoa de Carapebus e estação de tratamento de esgoto na área do Parque em Quissamã)	Plano de Manejo
Dutos: emissário da TRANSPETRO cortando o Parque em 10 quilômetros	Plano de Manejo

Parte destes conflitos socioambientais são imperceptíveis para a grande maioria das pessoas que passam a frequentar as UCs em busca de um refúgio do mundo urbano. Aliado a esta falta de percepção, grande parte dos educadores e estudiosos do campo da EA, demonstram, “hegemonicamente, representações/práticas ideologizadas ao encontro das tendências natural e racional” (RODRIGUES e LOUREIRO, 2014, p. 308).

Por isso defendemos um cinema capaz de conectar de forma transdisciplinar os fragmentos das ciências sociais e naturais (LATOURE, 1994). Defendemos a prática de um cinema que possa conectar teórica e metodologicamente no seu processo de criação a composição de espaços que possam funcionar como “sala de aula”, constituído como elemento educacional inovador dentro da perspectiva crítica, conforme praticado pelo IBAMA (LOUREIRO e CUNHA, 2008) e definido por Quintas (2000):

um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído (...) define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também como se distribuem os custos e os benefícios decorrentes da ação destes agentes (QUINTAS, 2000, p.17).

Após visitarmos os conflitos no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba com base na literatura acadêmica e no Plano de Manejo da UC, faremos um mergulho no entrelaçamento entre esses conflitos com a prática cinematográfica produzida em caráter de formação educativa.

2. O encontro do cinema com a EA crítica: a leitura do mundo em um ato político

Os filmes produzidos com foco na temática ambiental refletem um conjunto de valores e conceitos relacionados às visões de mundo, sendo possível relacioná-los com as diferentes concepções de Educação Ambiental (FERREIRA, 2011, p. 9).

Layragues e Lima (2014) deixam claro que a EA é um campo em disputa no Brasil, representado por diferentes concepções, práticas e posições político-pedagógicas, com três principais macrotendências identificadas entre *conservacionista*, *pragmática* e crítica (LAYRAGUES E LIMA, 2014). Layragues e Lima (2014) deixam como pista para perspectiva analítica os trabalhos produzidos por Tozoni-Reis (2002) e Alier (2007).

O Curso de Cinema Ambiental¹ é um projeto em experimentação desde 2011 no Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé (NUPEM) e vinculado ao Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação (PPG-CiAC) da UFRJ em parceria com o Grupo de Estudos em Educação Ambiental Desde el Sur (GEASUR) da UNIRIO.

O NUPEM/UFRJ tem mais de 20 anos de atividade na região norte fluminense e tradicionalmente estava vinculada aos campos da Limnologia e Ecologia. Entre as primeiras ações no campo da EA realizadas pelo corpo social desta instituição, destaca-se o projeto *Ecolagoas*, visando o estudo das lagoas costeiras e atividades de EA direcionadas para vertente conservacionista no qual o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e a Lagoa Imboassica em Macaé passaram a ser o foco dos trabalhos.

Além deste projeto, outras ações da instituição foram modificando a forma e a concepção de EA conduzida em suas dependências, como a criação do Colégio Municipal de Pescadores de Macaé em parceria com a Secretaria de Educação de Macaé e o Projeto Pólen, primeiro projeto de EA no licenciamento de petróleo no Brasil.

¹ Projeto apoiado pelo edital Pró-Cultura e Esporte - 2015 da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ. Curso de Cinema Ambiental (CUCA): educação e políticas públicas. A cada edição do curso são abertas inscrições para comunidade possibilitando a formação de uma equipe interdisciplinar.

Apesar destas experiências, ainda é comum nos discentes do NUPEM/UFRJ, uma percepção e visão de EA executada de maneira ingênua, conforme apontado pela pesquisa² realizada com alunos do PPG-CiAC em 2014 pelo primeiro autor deste trabalho.

Buscando fomentar a EA crítica na instituição, foi idealizado o exercício da prática cinematográfica como ferramenta educativa na perspectiva da problematização da realidade. Esta corrente de pensamento é definida como uma “educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo”, implicando em um “constante ato de desvelamento da realidade, afirmando a dialogicidade e se faz dialógica (FREIRE, 2013, p.95-97).

Buscamos a apropriação dos veículos de comunicação de maneira a incorporar o tripé da universidade, ensino/pesquisa/extensão. Considerando que os veículos de comunicação e as novas tecnologias passam por pelo menos três direções fundamentais: i) o diálogo crítico com os meios; ii) o reconhecimento das possibilidades operacionais e iii) a melhoria na infraestrutura tecnológica das instituições educacionais, escolas e universidades (CITELLI, 2000).

Seguindo os passos do educador Paulo Freire ao abordar a “palavramundo”, no qual “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, pensamos em como poderia ser a “imagemundo”, no qual a leitura do mundo precede a criação e produção de imagens, onde “linguagem e realidade se prendem dinamicamente” (FREIRE, 1989).

Em um mundo contemporâneo recheado por imagens, presentes nas televisões e projetadas em locais variados, das creches às universidades, praças públicas, ônibus, restaurantes, celulares e em diferentes telas, parece interessante afirmar a necessidade do desenvolvimento de uma “alfabetização audiovisual”. Neste sentido, novamente seguindo Freire (1989), o ato de escrever com imagens deve ser um “movimento dinâmico”, presente no universo dos grupos populares, “expressando a sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos” (FREIRE, 1989).

2.1 O filme de encontro – elaboração

A proposta parte da formação de uma rede transdisciplinar - criada a partir do encontro dos cursistas, com os educadores e os habitantes das áreas próximas a UC - com base na linguagem cinematográfica, consistindo na realização de uma série de filmes documentários, tendo como pano de fundo as diferentes relações existentes entre os grupos locais com o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

A partir do trabalho em equipe cada filme é pensado, refletido e criado buscando inserir as diferentes interpretações da realidade, sempre orquestrada pelas falas e dos protagonistas qualificados como “nativos”. Os registros presentes nos filmes constituem em “acervos de histórias, que no fundo, fazem parte viva da História da área” (FREIRE, 1989). A produção cinematográfica vira espaço de aprendizado, em uma busca

² Essa pesquisa foi realizada com os alunos da disciplina Biologia da Conservação no segundo semestre de 2014. Foram feitas perguntas sobre a definição de EA e a apresentação de experiências na EA vivenciada ou observada pelos discentes ao longo da trajetória individual.

incessante pela educação das trocas de experiências, dos distintos pontos de vista e das diferentes percepções.

O cinema é pensado como elemento criador de conhecimento, contribuindo para o mapeamento do universo de grupos sociais em conflito e/ou em vulnerabilidade e possibilitando a identificação de novas configurações no universo da UC. A importância do cinema ambiental seria então a capacidade que o filme tem de gerar uma reflexão, pela força com que ele é capaz de dar forma a um problema (XAVIER, 2006, p. 13).

O cinema é construído como metodologia de pesquisa qualitativa, o caráter do diálogo com os grupos registrados caracteriza o fio condutor dos filmes, o exercício do saber ouvir é passo fundamental do processo de falar com eles, “o reconhecimento do direito que o povo tem de ser sujeito da pesquisa que procura conhecê-lo melhor” (FREIRE, 1989).

Na medida em que pesquisas como esta pudessem ser feitas em diferentes áreas da região, todo o material escrito e gravado poderia ser intercambiado. É possível que em certas áreas rurais, em função do maior nível de oralidade, os grupos populares prefiram ouvir as histórias de seus companheiros da mesma zona em lugar de lê-las. Não haverá nisso mal nenhum (FREIRE, 1989, p. 21).

Um dos inúmeros aspectos positivos de um trabalho como este é, sem dúvida, fundamentalmente, o reconhecimento do direito que o povo tem de ser sujeito da pesquisa que procura conhecê-lo melhor. E não objeto da pesquisa que os especialistas fazem em torno dele. Nesta segunda hipótese, os especialistas falam sobre ele; quando muito, falam a ele, mas não com ele, pois só o escutam enquanto ele responde às perguntas que lhe fazem (FREIRE, 1989, p. 21).

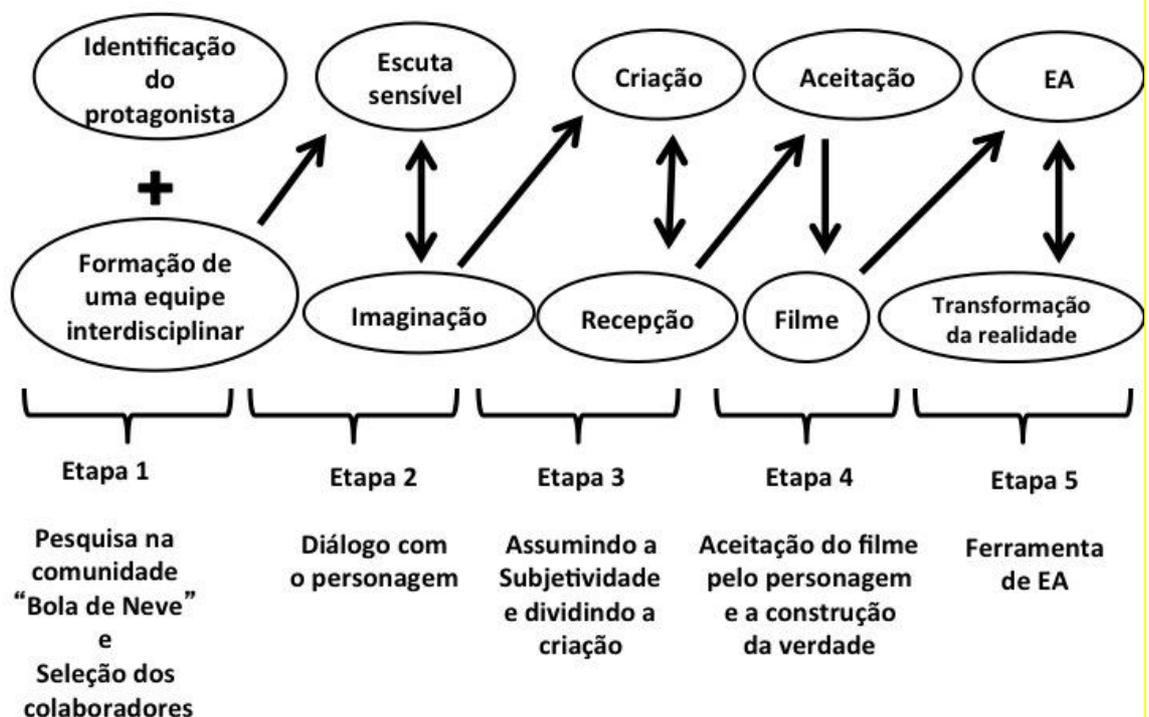
A série Personagens do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba conta com 10 filmes realizados com os moradores de Macaé, Carapebus e Quissamã, constituindo assim em um verdadeiro patrimônio humano. Após a construção dos filmes, são promovidas exposições em diversos espaços, proporcionando debates e troca de saberes.

O objetivo desses filmes é promover a representação dos distintos pontos de vista dos moradores, muitos ainda em processo de invisibilização frente aos discursos científicos e a prática conservacionista da UC do PARNA da Restinga de Jurubatiba que alterou o modo de vida das comunidades locais (GERHARDT, 2007).

Os filmes do CUCA abordam diferentes modos estéticos do documentário, como definidos por Bill Nichols (2001). Buscamos construir os elementos observativos em um diálogo constante com os protagonistas. Existem também elementos participativos onde se evidencia a presença da equipe e reflexivos onde o próprio protagonista reage diante da câmera e o processo de filmar é transparente. Também se destaca uma atenção para a estética tal qual no modo poético e performático onde se usa técnicas de *mise-en-scène* cinematográficas nas quais os moradores refazem gestos ou atividades do seu cotidiano para encenar para o filme.

Funcionando como filmes de encontro, cada registro imagético foi pensado como um projeto autônomo, com características e tratamento específico para cada “personagem representado”. As representações em formato audiovisual e a busca pela vivência de cada “personagem” com o território são construídas de forma colaborativa em um constante diálogo com os participantes do curso e com a própria pessoa registrada, buscando chegar o mais próximo possível da realidade retradada.

Após a montagem do filme é realizada uma exibição para as pessoas que foram registradas buscando identificar: i) propostas de alterações na montagem do filme; ii) cenas que não deveriam ter sido colocadas; iii) inserção de novas cenas; iv) aprovação para divulgação da versão final (Organograma 1).



Organograma 1. Metodologia do processo de construção do Cinema Ambiental do NUPEM/UFRJ.

A primeira etapa consiste na escolha do personagem e na formação da equipe que irá criar a representação. Na segunda etapa buscamos compreender as diferentes relações que foram estabelecidas com os moradores do entorno da UC. A terceira etapa consiste no curso e na elaboração da primeira versão do filme construído na fronteira do real. No final desta etapa apresentamos o filme para o sujeito representado, buscando uma aceitação da construção. A quarta etapa é marcada pelo diálogo com a “verdade”. Possibilitamos ao personagem a visualização do documentário dele.

Nossa preocupação é compreender se o registro condiz com a verdade daquele personagem, se está próximo do real dele. Após a visualização, perguntamos se existe o interesse em mudar alguma coisa, algo que contraria seu ponto de vista. Esta etapa é finalizada após a autorização para divulgação do filme. Buscando permitir conforme Henley (2009, p. 123) que o leitor-espectador avalie o significado dos eventos e das situações representados com considerável liberdade.

2.2 A projeção nas telas - novo espaço de formação

A experiência em campo é projetada nas dependências da universidade, funcionando como interlocuções de uma realidade pouco debatida na formação dos biólogos e dos profissionais das ciências ambientais. Além da exibição na universidade, os filmes ganham vida própria, pois começam a circular em espaços que nem sempre contam com a presença da equipe executora, ganhando uma capacidade de reprodução e distribuição de maneira ampla.

Um exemplo bem sucedido de distribuição e geração de debate é o Circuito Tela Verde do Ministério do Meio Ambiente que desde 2009 vem distribuindo filmes ambientais para aproximadamente 1.500 pontos no Brasil. Esses espaços acabam funcionando como locais de formação, ampliando a visualização das lutas dos movimentos sociais.

3. Análises dos filmes produzidos durante o Curso de Cinema Ambiental da UFRJ Macaé

No decorrer do processo de construção dos filmes foram identificados cinco relações com o território, como: i) Amor ao espaço protegido; ii) injustiça; iii) conflito socioambientais; iv) educação ambiental e v) ausência de envolvimento e participação local.

Os filmes produzidos apresentam diferentes relações com o território do Parna da Restinga de Jurubatiba, para exemplificar apresentamos alguns: i) *Areia de Quissamã*, a história de uma senhora ativista pela memória e a natureza de Quissamã; ii) *Jorge Poema*, o pescador poeta e sua luta pelo direito dos pescadores da Lagoa de Carapebus; iii) *Retira-te*, a luta de um fazendeiro e empresário ao perder a sua plantação de coco em nome da biodiversidade; iv) *Um dia novinho em folha*, a vivência de um professor da rede pública e cineasta amador; v) *Memórias da Restinga*, o encontro entre três amigos de infância promove reflexões sobre o espaço; vi) *Os Bamba*, a história de um casal e a relação com o território agora controlado e cercado.

Neste artigo iremos empreender uma análise de dois filmes, *Um dia novinho em folha* e *Os Bamba*. O processo de análise pode ser descrito como uma dissecação seguida pela articulação em uma busca pela reconstrução da imagem semanticizada, ou “intelecto somado ao objeto” (PENN, 2002, p. 325).

Foram seguidos os passos e as técnicas descritas por Rose (2002) para análise de textos audiovisuais, no qual empregamos e aplicamos ao objeto empírico a Ecologia Política (LEFF, 2013) e a concepção educativa do educador Paulo Freire como referencial teórico. Nossas reflexões buscaram abrir ao leitor espaços onde o próprio

trabalho possa ser debatido, possibilitando novas interpretações a respeito dos filmes criados neste tipo de vivência.

3.1 *Um dia novinho em folha: invadindo a UC e transformando-a numa sala de aula*

No filme *Um dia novinho em folha* o Ilzimar Bandeira Rodrigues (IBR), professor de artes da Rede Municipal de Macaé, relata a sua chegada na região e como ele foi percebendo o processo de expansão do bairro mais populoso da cidade. O professor explica sobre o projeto que vem desenvolvendo no bairro com as crianças ao promover oficinas de cinema e desenho, que ele chama de “artes visuais”.

Por sugestão do professor, visando “deixar o registro do filme mais autêntico”, visitamos a comunidade em busca de algumas crianças para participar da atividade de desenho ao ar livre. Ao transitarmos pelo bairro, o professor convida algumas crianças mostrando a prancheta de desenho e explicando que estava indo desenvolver uma atividade no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

O professor IBR caminha com algumas crianças do bairro Lagomar para a Unidade de Conservação. Atravessa a fronteira representada pela cerca de arame farpado³, rompendo o limite do Parque Nacional e entrando em um imaginário de aventura. Na “caça” pela formiga-onça - *Traumatomutilla* sp., as crianças se misturam com a fauna e flora da UC, interagem e buscam curiosamente os animais no entre a vegetação árida da restinga, como pequenos cientistas. Brincadeira de criança.

O registro dos animais é feito nas folhas de papel do professor, os desenhos registram os detalhes dos animais encontrados, bem como os primeiros naturalistas, que na ausência das lentes, usavam os pêlos dos pincéis molhados com gotas de tintas e água.

A busca acaba, o sonho de retornar à aventura continua, as dúvidas e as curiosidades surgem. Foi só um momento, passou. No dia seguinte as crianças terão aula em seus colégios, aprenderão sobre os artrópodes em salas fechadas, com pouca luminosidade, verão no quadro negro ou quem sabe no livro o que viram no quintal de suas casas.

3.2 Os Bamba: Cercados por um Parque Nacional

O início da produção deste filme foi marcado pela busca de um personagem com características regionais e com uma história forte com o território que foi transformado em Parque Nacional. Após algumas investidas em locais estratégicos, como o conselho consultivo da unidade de conservação, conversas com servidores das secretarias municipais de meio ambiente e educação, com técnicos do ICMBio e com algumas pessoas da cidade de Carapebus, encontramos um casal apaixonante⁴.

³ Arame farpado é utilizado para separar a comunidade do Lagomar da UC. A fronteira entre a conservação e a comunidade, o ecótono. Instrumento político utilizado em guerras, trincheiras, campos de concentração e para afastar animais de grande porte.

⁴ Os autores agradecem a todos os colaboradores deste projeto. São as pessoas que de forma quase invisível, para a maioria, não para nós, fazem este projeto acontecer. Neste caso, agradecemos especialmente a Lourdes Ravalet da Secretaria de Meio Ambiente de Carapebus/RJ, pelos esforços ao nos guiar para as porteiras desta história.

Ao paramos em frente a casa do Jorge e da Dona Maria, fomos recebidos por uma voz emblemática, seguida por um andar marcante, um copo de café e bastante aipim cozido no forno a lenha. A câmera invadia o rosto do Jorge sem nenhum sinal aparente de desconforto. As histórias e o ponto de vista em relação ao território, demarcado sem conhecimento de causa, foram os motivos que levaram para definirmos os personagens deste documentário.

As questões centrais deste vídeo que podem proporcionar um debate são as seguintes: 1) É possível identificarmos relações de poder entre órgão ambiental, ICMBio, com a vida dos moradores das comunidades locais? 2) A racionalidade para questões como preservação das espécies, como cobra e aves, é a mesma para os servidores do órgão ambiental e para os moradores do entorno da UC? 3) Para determinadas pessoas a indenização da terra com base no valor econômico é a melhor solução?

O filme *Os Bamba* apresenta o cotidiano de um casal de vida simples morando em um ambiente de características rurais e nas proximidades do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba: Seu Jorge, ou Capitão do Mato como gosta de ser chamado, e Dona Maria. O casal nasceu na região que hoje deu origem ao município de Carapebus, emancipado em 1997, residindo nos “limites imaginários” da UC, sem saber exatamente o que esta definição significa.

Capitão e Maria nunca frequentaram uma escola e conhecem como ninguém as plantas da região, que usam para alimentação, fazer chá e remédio. Durante os encontros o Capitão do Mato jurou que não matava cobra. “Quem mata é a Maria, eu não gosto de matar cobra”.

Dona Maria é só diversão, adora escutar música no seu radinho com entrada para *pen drive* e assistir televisão. Não perde a novela da noite e adora um café melado. Sabe exatamente como matar uma cobra. “Tem que bater no meio dela, com um porrete, aí ela fica zozza e você vai na cabeça”. Indagada sobre a fiscalização desenvolvida pelos servidores do órgão ambiental eles rebatem. “Eu não vou matar a cobra? E se ela vier me picar aqui em casa? Vou deixar? Os bamba⁵? Os bamba aonde? Os bamba somos nós!”.

A conversa continua, Capitão do Mato fala sobre o Parque e o que mudou na sua vida, a “criminalização” pela retirada de troncos de madeira para fazer cerca ou cabo de enxada é comentado como um problema para eles. Questionado sobre uma possível retirada de sua casa ele nem pensa antes de responder.

O senhor gostaria de sair daqui para ir para outro lugar?

Rapai só morto (pausa). Só morto (Capitão do Mato retira o chapéu, dá um trago no cigarro de palha, e começa a falar com um ar sério). Deus vai me tirar eu aqui dentro deste ranchinho e vou satisfeito. Porque uma que eu não gosto de *adjunte*, eu não gosto de enxame. Então, eu gosto de ficar assim a vontade. Esse negócio de eu morar aqui, nos mora aqui, outro aqui, não é bom, né? É bom assim é distante, vizinho é bom distante, né? Agora eu moro aqui e outro cidadão aqui não, pra mim não dá não.

⁵ OS BAMBA é a forma como os atores descrevem os servidores do IBAMA, instituição responsável pela gestão das UCs antes da fragmentação da instituição. Para saber mais sobre a fragmentação da instituição ambiental ver Loureiro e Saisse (2014).

Quanto ao sentimento com o território, Capitão do Mato demonstra em seu discurso uma relação de pertencimento tão forte que dificilmente uma remoção para um local afastado do que ele chama de Aldeia seria satisfatoriamente aceita.

Eu morro aqui e vou satisfeito a Jesus me levá morando aqui nessa Aldeia, nessa Aldeia que nos tamos aqui em cima dessa terra. Nos tamos emprestado. Que eu aqui não tenho nada, eu sou o zelador, né? Eu amanhã vou embora, ela fica aí, ou ela vai então, fazer o que? Mas eu vou contente.

4. Impacto do cinema ambiental crítico sobre os participantes do curso

Nesta seção abordaremos como o cinema ambiental tem fomentado uma visão política e um engajamento social (FREIRE, 1990) entre aqueles que participaram das oficinas.

Para Paulo Freire a vida é uma escola, neste sentido as oficinas de pesquisa em campo geram conhecimentos para vida. Os participantes das oficinas do Curso de Cinema Ambiental apresentam formação distintas, mas a maioria possui algum vínculo com os estudos do meio ambiente, biologia e ciências naturais.

Nesses cursos a grade curricular não apresenta muito acesso para os estudos que abordam as questões sociais vinculados com a conservação da natureza. Eles estão sensibilizados a estes conflitos socioambientais através da participação ativa e engajada na realidade “do campo”, compartilhando, de tal forma, o comprometimento social desenvolvido pelo Paulo Freire.

Visando identificar alguma modificação em relação ao entendimento sobre a proposta de cinema ambiental conduzida, foi feita a simples pergunta, “Você pode definir o que é cinema ambiental?”. Ao responder a esta pergunta em dois momentos distintos, antes e depois da vivência do curso, podemos identificar a influência desta prática educativa na formação dos participantes.

Nas respostas dos cursistas podemos identificar o potencial de transformação do olhar ao vivenciar uma nova realidade. Para alguns participantes o cinema é uma simples ferramenta de registro. As expectativas estão cheias de verdades pré-concebidas. O cinema neste caso é a ampliação da palavra mundo, argumento defendido por Paulo Freire ao promover a reflexão filosófica sobre o ato de ler (Freire, 1995). Neste trabalho, Freire diz que a leitura e a escrita só acontecem porque antes as pessoas já leram o mundo, ou seja, a leitura do mundo precede a leitura da palavra. É isso que o curso de cinema do CUCA faz, amplia a leitura do mundo, ampliando a palavra mundo e dando sentido ao contexto da realidade no qual estamos inseridos.

Muitos cursistas revelam em seus discursos essa ampliação e o CUCA passa a ser um mediador do sujeito sobre a realidade, a câmera e o filme funcionam como um texto, revelando os olhares compartilhados. A bagagem cultural e as expectativas vão sendo recheadas pela vivência e pelas diversas perspectivas compartilhadas.

O discurso que busca a naturalização e simplificação da vida, como acompanhar a formiga onça, ver a alimentação e reprodução do animal, vai ser transformado em um processo de produção completamente dialógico, com base freireana.

Cursista 1: Profissional do audiovisual

Resposta antes do curso: Cinema ambiental pra mim é uma coisa que vai buscar mais falar sobre a natureza. Nada, além disso, que está diretamente relacionado com o ambiente.

Resposta depois do curso: Mostrar o meio ambiente com o olhar cinematográfico, buscar próximo da realidade, tentar mostrar com a câmera.

Cursista 2: Aluna de Graduação em Cinema

Resposta antes do curso: Qualquer intervenção audiovisual que vá tratar da relação do homem com o meio ambiente e mostrar isso em forma de vídeo. Vai tratar das relações do homem com o meio ambiente, seja isso com uma intervenção direta com alguém interagindo com esse meio ambiente, ou apenas com uma câmera interagindo com este meio ambiente.

Resposta depois do curso: Mantenho minha resposta inicial. Cinema ambiental é qualquer material de audiovisual que vai trabalhar com a interação entre o ser humano e o meio ambiente, seja a partir de uma relação explícita quando ele tá presente, ou só pela câmera mesmo trabalhando em cima dele, pois qualquer intervenção da câmera dentro da natureza já é uma visão do ser humano e constitui o cinema ambiental. Porque qualquer intervenção da câmera [...] dentro da natureza já é pra mim uma visão do ser humano.

Cursista 3: Mestre em Ciências Ambientais e Conservação da Natureza

Resposta antes do curso: Procura sensibilizar o público quanto às questões ambientais, seja ele uso da terra, exploração de recursos naturais, exploração e manutenção da água, mudanças climáticas. Cinema ambiental tenta sensibilizar o público para estas questões.

Resposta depois do curso: Minha definição de cinema ambiental não mudou muito. O que mudou foi o ponto de vista. De estar numa posição que nunca tive contato com produção de filme, de como aquilo pode ser passado. Quais são as ferramentas que agente pode usar para transformar o diálogo das questões ambientais pro cinema e para chegar até o público. Indo pro campo e as aulas que agente teve aqui, ficou bem mais claro, quais são as ferramentas e que é muito amplo o jeito que agente pode passar, sensibilizar o público para as questões ambientais.

Cursista 4: Aluno de Graduação em Biologia

Resposta antes do curso: Acho que tem alguns tipos. Por exemplo, existe o documentário que é um pouco mais realista, um pouco mais de retratar, que tem um intuito mais educacional também. E tem um mais fictício. No caso o documentário realista é o que eu acho que vocês fazem também tem o intuito de educar, de passar para a população principalmente o que é o meio ambiente, através desse tipo de mídia, do cinema.

Resposta depois do curso: Acho que cinema ambiental é um tipo de cinema que busca responder as questões ligadas ao meio ambiente, como o documentário, que tem um intuito de informação de educação, um intuito de passar uma coisa maior que não é só entretenimento.

Cursista 5: Aluna do mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Resposta antes do curso: É um cinema crítico, que busca mostrar a realidade de pontos de vista diferentes. Que tem como enfoque central as questões ambientais, qualquer que

seja ela. Acho que seria isso, eu não tive experiência com isso ainda, mais eu me interessei, não tive muito contato com essa prática antes.

Resposta depois do curso: Bom acho que a partir desse contato, mudou um pouco a minha visão. Antes eu tinha uma ideia menos cinematográfica e mais objetiva. Que busca-se de uma forma mais estampada, mais crítica mesmo mostrar os problemas e as questões ambientais e um pouco menos poética. E agora percebi que isso é possível também. É uma forma de expressão visual, que pode ser bem subjetiva, livre. Que tem uma essência, de mostrar a ligação com a natureza de alguma maneira, problemática ou não, uma coisa mais orgânica, saudável (...). É um tipo de cinema livre, que mostre a relação sociedade e natureza, da forma que ela se expressa na realidade, mas com um toque de poesia.

Cursista 6: Fotógrafo

Resposta antes do curso: Trazer para o público questões ambientais. Tem muita gente que é da cidade, vê uma formiga e se assusta. Talvez o cinema ambiental veio aproximar as pessoas do meio ambiente que elas não conhece, tá cercada por ele e outros fatores para educar a população para preservar tudo e registrar. Pois está tudo acabando, como os animais, agente fotografa para fazer os catálogos. Acho que o registro vem pra isso também. Para uma catalogação.

Resposta depois do curso: O registro do meio ambiente que você está independente se é cidade, se é um mato, um quarto, enfim.

Cursista 7: Jornalista

Resposta antes do curso: Não tenho ideia. Imagino que seja fazer registro da fauna, da flora local específico, que eu sei que Jurubatiba é bem específico, tem espécie que só tem aqui. Eu acho que é o registro mais disso, de guardar para prosperidade e explicar para as pessoas sobre a importância dessa área de preservação.

Resposta depois do curso: É o registro da relação que as pessoas que moram ali perto têm com o meio ambiente e o que essa relação reflete em outras coisas, em outras questões sociais e políticas. Perceber que todo esse processo burocrático, de ter que fazer um parque, de ter que fazer uma cerca e ali por perto existem famílias, existem histórias. O que achei interessante é mostrar que aquelas pessoas tem muito que ensinar. Essas pessoas tem muito que ensinar para agente que só tá vindo de fora e não vive ali.

Cursista 8: Aluno de Licenciatura em Ciências Biológicas

Resposta antes do curso: Antes de conhecer o trabalho de vocês eu só conhecia um tipo de cinema, que era o cinema pipocão, hollywoodiano. Só assistia isso. Quando vocês começaram com cinema ambiental eu achei interessante, pois é um tipo de cinema que eu não conhecia, documentário e tudo mais. Acho que cinema ambiental é a forma de registrar a relação da sociedade com o ambiente que ela vive. Não acho que seja simplesmente filmar a natureza, bichos e plantas. Você vê também o que as pessoas que convivem com este tipo de ambiente, natureza, pensam dele. E as influencia de um para o outro. É o cinema que registra essas relações.

Resposta depois do curso: É um cinema que tem o objetivo de mostrar a relação do homem com o ambiente que ele vive. A relação do homem com a natureza e as implicações disso de acordo com o personagem. Além disso, você aprende a convivência, com as pessoas que estão fazendo o curso. Uma oportunidade de conhecer

gente de fora e o próprio personagem registrado. O mais incrível foi ter conhecido uma pessoa de um universo completamente diferente do meu, mas que tá tão perto de mim.

Conclusão

Esta concepção (dos parques integrais sem presença dos seres humanos) é um mito para o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, pois ignora os que mais fazem danos – como as atividades de transporte e armazenamento de gás no Terminal Cabiúnas, agropecuária, grandes latifundiários e aglomerados urbanos, que mesmo localizados fora do parque, ainda podem ser fontes potenciais de contaminação e conflitos.

A ênfase dos impactos eventuais direcionados aos moradores que viviam dentro da área do parque e cuja subsistência depende da natureza, desvia desta visão mais ampla de um possível quadro de contaminação, reduzindo a questão da conservação a um território como se fosse soberano ao seu entorno urbano e industrializado.

É necessário e urgente repensarmos a gestão das unidades de conservação e a participação das comunidades locais no processo, buscando uma visão mais humana e democrática que utilize os casos concretos para propor reformulações, readaptações e rupturas com as questões previamente propostas em leis. Um conselho consultivo com pouca participação das comunidades locais não pode ser o principal canal de comunicação com aqueles que vivenciam o cotidiano da UC.

O conhecimento produzido pelo trabalho de pesquisa utilizando o cinema ambiental tem revelado o quanto estes moradores, longe de ser inimigos da conservação do ambiente, são atores fundamentais e devem ser tratados como parceiros, pois cuidam com seus saberes-fazer dos componentes biológicos do seu entorno.

Os resultados deste projeto, em forma de documentários, estão sendo divulgados para sensibilizar o grande público, entre eles os alunos de diferentes cursos de Graduação e Pós-Graduação e os novos colaboradores sobre os conflitos que ocorrem na gestão das UCs, ajudando a lutar contra uma visão frequentemente veiculada no discurso sobre a conservação, dicotomizando a relação entre natureza-sociedade.

Referências

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambient. soc.* [online]. 1999, n.5, pp. 79-92.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. – SNUC. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. *Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências*. Brasília, DF, 2000.

CITELLI, A. Outras linguagens na escola: publicidade, cinema e TV, rádio, jogos, informática. São Paulo: Cortez, 2000.

DUARTE, Rosália. *Cinema & educação: refletindo sobre cinema e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, (p. 126)

ESTEVES, F.A. Ecologia das Lagoas Costeiras do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e do Município de Macaé (RJ). Rio de Janeiro: NUPEM/UFRJ, 1998, 442p.

- FERREIRA, Thaís Arruda. A Importância de uma análise crítica do cinema ambiental. VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental” – EPEA. A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil Ribeirão Preto, 2011.
- FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23^a ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 54^a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GERHARDT, C. H. A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas: uma análise comparativa. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, GT Ambiente e Sociedade, de 29 a 1 de Junho, 2007, Recife-PE.
- GUIDO, L. F. E.; BRUZZO, C. *Apontamentos sobre o cinema ambiental: a invenção de um gênero e a educação ambiental*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, v. 27. 2011. p. 57-68.
- HENLEY, P. Da negação: Autoria e realização do filme etnográfico. In: BARBOSA, A. (Org.). *Imagem-conhecimento: Antropologia, cinema e outros diálogos*. Campinas, SP. Papyrus, 2009.
- IWAMA, Allan Yu; LIMA, Fábio Bueno de and PELLIN, Angela. **Questão fundiária em áreas protegidas: uma experiência no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), Rio de Janeiro, Brasil**. *Soc. nat.*[online]. 2014, vol.26, n.1, pp. 77-93. ISSN 1982-4513.
- LATOURE, B. Jamais Fomos Modernos – Ensaio de Antropologia Simétrica, Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo, v. 17, n.1, 2014.
- LOUREIRO, C.F.B.; Saisse, M.V. Educação ambiental na gestão ambiental pública brasileira: uma análise da SEMA ao ICMBio. *Revista de Educação Pública (UFMT)*, v. 23, p. 105-129, 2014.
- LOUREIRO, C.F.B.; CUNHA, C.C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação. *Práxis (Novo Hamburgo)*, v. 1, p. 35-42, 2008.
- NICHOLS, Bill. *Introduction to Documentary*. 2^a edição, Bloomington, Ind: Indiana University Press, 2010.
- PIRES, Maria da Conceição Francisca and SILVA, Sergio Luiz Pereira da. **O cinema, a educação e a construção de um imaginário social contemporâneo**. *Educ. Soc.* [online]. 2014, vol.35, n.127, pp. 607-616. ISSN 0101-7330.
- QUINTAS, J.S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). *Identidades da educação brasileira*. Brasília: MMA, 2004. p. 113-140.
- ROCHA, L.M.G. Os parques nacionais do Brasil e a questão fundiária: o caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Dissertação (Mestrado). Niterói--RJ: UFF, 2002.
- ROCHA, L.M.G.; DRUMMOND, J.A.; GANEM, R.S. Parques Nacionais Brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 205-226, 2010
- RODRIGUES, C.G.O. **O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade**. Brasília, 2009. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

RODRIGUES, J.N.; LOUREIRO, C. F. B. . Ideologia e consenso na formação de educadores: a educação ambiental em foco. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 31, p. 308-323, 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Integração e diferença em encontros disciplinares**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2007, vol.22, n.65, pp. 51-60.

SOARES, I. Caminos de La educucomunicación: utopias, confrontaciones, reconocimientos. Nómadas, Universidad Central, Bogotá, Colombia, n. 30, p. 194-207, Abril de 2009.

VERÍSSIMO, Adalberto, ROLLA, Alicia; VEDOVETO, Mariana Vedoveto, FUTADA, Silvia de Melo. **Protected Areas in the Brazilian Amazon: challenges and opportunities**. Belém: Imazon; São Paulo: Socioenvironmental Institute, 2011.

VOLPI, M.; PALAZZO, L. (org). Mudando sua escola, mudando sua comunidade, melhorando mundo! - Sistematização da experiência em Educomunicação. Brasília: UNICEF, 2010.

XAVIER, Ismail. O caso do cinema ambiental. Revista UFG. Ano VIII. nº1, 2006.